

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA NO ACAMPAMENTO HELENIRA RESENDE

Ederlane Vale Rabelo¹
Herique Heber dos Santos Reis²
Rosana Amorim Coelho³

Resumo

O presente artigo é fruto de uma reflexão em andamento sobre questão agrária na Amazônia, que busca investigar a importância da educação como elemento de luta, resistência e emancipação do camponês na construção de suas territorialidades que se faz constantemente e se estruturam como pilar da existência destes sujeitos, nos deteremos aqui em revelar não um estudo de caso, mas uma lição de vida no acampamento Helenira Resende, para a reflexão conceitual destacamos o território como ferramenta importante para refletir sobre os conflitos agrários, pois este surge como espaço de conflito político e corpóreo, espaço da reprodução da vida, da luta contínua pela (re)existência, espaço de possibilidades. Por fim buscaremos compreender como a educação está inserida no acampamento, discorrendo sobre sua importância, articulações e parcialidade frente estas tensões.

Palavras-chave: MST, território, educação do campo.

Introdução

A luta por melhores condições de vida sempre esteve presente nos movimentos dos sujeitos historicamente menos favorecidos, se tratando do campo essas realidades são mais delicadas, sobretudo quando falamos do campo brasileiro e o histórico de descaso com os sujeitos por isso suas lutas são mais necessárias e as disputas mais acirradas. A luta pelo território é constante, é pilar da existência da comunidade, é demarcação de um punhado de chão, mas também representa conquistas e anseio por avanços.

A reivindicação pelo direito a moradia e propriedade a partir da ocupação de terras devolutas e irregulares é apenas uma das faces da luta que o camponês trava pelo território, compreender isso é o primeiro passo para entender a complexa relação destes sujeitos (individuais e coletivos) com o território agrário, um segundo passo tão importante quanto o primeiro está na distinção de significado entre a educação do campo (aqui nos deteremos apenas ao acampamento Helenira Resende) e a educação tradicional, enviesada pelo

¹ Bolsista – CAPES do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) – UFPA. Endereço de e-mail: ederlanevale.geo@hotmail.com

² Bolsista – CAPES (mestrado) do Programa de Pós- Graduação em Geografia (PPGEO) – UFPA. Endereço de e-mail: heriquereis@live.com

³ Bolsista – CAPES do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) – UFPA. Endereço de e-mail: rosanacoelho@hotmail.com

interesse do capital, cada vez mais formadora de mão de obra seja na cidade, ou no meio rural, e menos de cidadãos, neste caso a educação pode até significar uma forma de luta, de resistência e de transformação da realidade, e é na maioria das vezes individual, mas é no seio dos movimentos sociais que isso toma forma, e se materializa de maneira coletiva. Nesse sentido é a partir das lutas dos movimentos sociais do campo que passa a se pensar um modelo de educação que represente os atores inseridos e envolvidos nos conflitos pela terra historicamente ignorados, que travam uma luta para além da terra e da moradia, e sim por melhores condições de trabalho, de segurança, de acesso a educação, ou seja por uma vida de melhor qualidade e mais dignidade, uma educação de qualidade precisa que estas dificuldades sejam vistas, debatidas e solucionadas e não ignoradas, uma educação que realmente represente esta realidade deve abrir portas de possibilidades para que o camponês possa escolher o seu destino seja ele qual for, que não trave estes sujeitos em suas realidades, mas também que não aponte a cidade, e a vida urbana como único modelo de vida digna possível. Nos deteremos aqui em revelar não um estudo de caso, mas uma lição de vida no acampamento Helenira Resende.

Nosso trabalho está estruturado em três partes, a) faremos uma breve análise do MST no sul e sudeste paraense com ênfase no supracitado acampamento, a) justificaremos nossa escolha conceitual destacando o território como ferramenta importante para refletir sobre os conflitos agrários balizados por interesses diversos, contradições e poder, entendemos que para além do bem e do mal, do certo e errado, do sagrado e do profano, entre lutas e contradições, o território surge como espaço de conflito político e corpóreo, espaço da reprodução da vida, da luta contínua pela (re)existência, espaço de disputas e de possibilidades. a) Por fim buscaremos compreender como a educação está inserida no acampamento, discorrendo sobre sua importância, articulações e parcialidade frente estas tensões. O caminho metodológico utilizado resumiu-se em visita no acampamento do MST Helenira Resende, além da análise bibliográfica sobre a temática discutida.

Território como peça chave

Esclarecer o que entendemos como território e utilizá-lo não é apenas uma ação que tenta se distanciar do uso instrumental e normativo (SCHNEIDER, 2005) deste conceito pelas políticas públicas, ou daquela tradicional perspectiva que o entende apenas pelo viés do Estado e suas instituições; mas de um esforço que tenta dar conta das implicações no/do

espaço das ocupação de terras pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) enquanto sujeitos que produzem o espaço, o que nos leva a dialogar com as perspectivas do território acerca da conflitualidade (FERNANDES, 2009) e multiterritorialidade (HAESBAERT, 2005) para analisar o papel da educação na reprodução da territorialidade dos ocupantes.

É habitual que o território seja associado a relações de poder, mas ainda assim há muita dificuldade em esclarecer os significados dessas três palavras: território, relações e poder; e a frase. Começemos pelas relações.

Aqui as relações são pensadas como sociais, então deve ser raciocinada enquanto interação de indivíduos ou entre qualquer organização social produzida, abrangendo deste um contato visual até as institucionalizadas que requerem um ritual burocrático. Ocorre que essas relações precisam de condições básicas para existirem, sendo melhor a interação quanto mais eficiente forem as condições. Estas podem ter um caráter “da natureza” como a visão, o tato, olfato, etc., mas são influenciadas pela produção social legitimada que nos produz socialmente para termos uma certa forma de ver, tocar, sentir, etc. e consegui perceber as intenções dos demais indivíduos.

Desta forma, são **condições de relacionamento produzidas socialmente** em que é necessário considerar o processo histórico de formação e situação social. Uma outra questão é que essas condições mediam o relacionamento com “o outro” (de outra classe, outra instituição, de outra situação de renda, outra língua, outro sexo, entre outros), por exemplo a língua, o contrato entre o empregado e empregador, uma dívida, um muro, o mercado, o Estado, e espaço, etc., porém as barganhas utilizadas nos relacionamentos (acordos, negócios, embates físicos, ideológicos) entre os agentes são medidas geralmente por critérios formulados por grupos sociais privilegiados que reproduzem mediações nos quais mantêm seus privilégios considerando o menor risco de prejuízo no relacionamento com “o outro”. Entendemos aqui a capacidade de uso dessas “engenharia social” para seus interesses, públicos ou privados, de uma potencialidade de poder; capacidades de barganhar no relacionamento.

Mas o poder não é isso. Ele não é próprio ou tido por ninguém, porém se manifesta no social pelo conjunto do social, ou seja, concordamos com Souza *apud* Arendt (2000) em concebê-lo a partir da interação no grupo de indivíduos que acabam construindo legitimidades nas práticas sociais, que darão respaldo nas ações sociais. Outro ponto dessa legitimidade é a

criação de *instituições e dependências entre os agentes*, em que alguns se veem “desqualificados” ou sem condições de exercerem certas atividades, necessitando que alguém (juristas, exercito, médico, secretário de saúde, etc.) os façam. Mas, deveras, esses serviços e produções também criam mais dependências entre os diversos grupos, pois produzem um espaço-tempo desigual entre os agentes, o que significa mais barganha (por meio de mais renda, meios de produção, força política, etc.) pelos que exercem suas intenções legitimadas e dependências aos que necessitam cada vez mais. Assim, o poder só se manifesta no relacionamento social e, portanto, nas **relações sociais de poder** em que há conflitualidades surgidas com as distinções de intencionalidades (FERNANDES, 2009), seja por questões de desigualdade ou das diferenças sociais.

Propomos raciocinar o território de maneira complexa, considerando as múltiplos agentes de diferentes escalas que podem e intervém num dado espaço, o que se distância da visão de um território único do Estado. Também considerando os múltiplos usos de um mesmo território, a exemplo do que Souza (2000) reflete desenvolvendo sobre “territórios cíclicos e móveis” ou de Haesbaert (2005) sobre “multiterritorialidade”. Este último propõe uma visão no qual o

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2005, p. 6774-6775)

É interessante essa distinção que o autor cita, se referindo à Lefebvre, por conta das intensões de uso do território. O de apropriação que permite o encontro da diferença, o encontro com “os outros” em que não há exigências de mediações que hierarquizem, segreguem ou controlem as relações sócio-espaciais como existe na dominação, sendo o primeiro mais característico de vida social pública do que a privada como ocorre no segundo.

São diferenças que nos levam a refletir as intencionalidades dos agentes que se territorializam: os que procuram a apropriação e outros a dominação. Sem generalizações, exageros ou dicotomias, são agentes sociais que tem papéis históricos distintos, com articulações, perspectivas, mobilizações e barganhas nas relações sociais diferentes e, por vezes, conflitantes. É o caso do Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST) que desde os

anos de 1980 constroem ações mobilizadas pela luta de suas legitimidades por meio da apropriação da terra frente as irregularidades e danos sociais na dominação da terra feita por latifundiários e o Estado que prioriza políticas que mantém os privilégios das corporações e elite fundiária.

Além da estratégia de ocupação de um terreno com alguma irregularidade, chama a atenção o fortalecimento contínuo das práticas de encontro que mantenham coeso a coletividade dos integrantes, seja na rede entre as ocupações, seja em cada espaço ocupado, onde há preocupações do movimento na produção de espaços coletivos na ocupação que seja possível o lazer, debates, produção de alimentos, captação de água, educação e religiosidade. Ou seja, além de uma organização espacial da ocupação com a preocupação de existir espaços coletivos de interação, existem construções simbólicas que exaltam a importância da coletividade como base para luta, o que cotidianamente está expostos aos moradores.

Percebemos, portanto, que são estratégias de práticas espaciais que estão (re) produzindo uma maneira de territorialidade, não apenas enquanto grupo que tem sua singularidade espacial, mas, sobretudo, a um projeto de territorialidade para a sociedade brasileira. A exemplo desta territorialidade é a formulação e desenvolvimento da educação na ocupação, que não se restringe a sala de aula e os alunos praticam ações educadoras para o reforço da coletividade dos moradores, como veremos, seja em termos de pensar um território concreto ou simbólico.

Educação do campo como pilar de luta e resistência

Para começar, algo precisa ficar evidente, que é a complexidade do camponês, e da relação que este tem no e com o território, portanto quando falamos de camponês na Amazônia precisamos nos desfazer de qualquer imagem pré-concebida, deixemos os rótulos de lado e busquemos no campo a essência do ser, com a certeza, é claro do fracasso, para não deixar o ceticismo adormecido, porém isso não significa de todo algo ruim ou perda de tempo, ao contrário este mergulho é necessário, para se aproximar do real aparentemente homogêneo e descortinar realidades extremamente heterogêneas, com sujeitos e territorialidades diversos, de necessidades, crenças, culturas, valores, símbolos e sonhos diferentes, por tanto camponês é antes de mais nada um conceito plural e genérico.

A luta do/no território é constante, é pilar da existência da comunidade, é demarcação de conquistas e anseio por avanços. a reenvideação pelo direito a moradia e pelo pedaço de chão a partir da apropriação de terras devolutas e irregulares é apenas uma das faces da luta que o camponês trava pelo território, compreender isso é o primeiro passo para entender a complexa relação destes sujeitos (individuais e coletivos) com o campo.

Um dos elementos estruturadores do processo de luta por uma vida com mais dignidade é a educação, elemento este negligenciado aos sujeitos do campo por séculos de nossa história, e se configura de maneira ainda muito nefasta nos tempos de hoje, este cenário de total exclusão vem adquirindo significativos avanços, mas ainda se configura por um estado precário (porém como centelha de esperança de uma educação de qualidade que represente o campo) avanços estes que vem ocorrendo devido as reivindicações dos movimentos sociais do campo, estes atores passaram a questionar o modelo de educação instalado no campo, e a distância colossal dessa educação com as realidades dos educandos, ou seja, do camponês.

Quando dizemos Por Uma Educação do Campo estamos afirmando a necessidade de duas lutas combinadas: pela ampliação do direito à educação e à escolarização no campo; e pela construção de uma escola que esteja no campo, mas que também seja do campo: uma escola política e pedagogicamente vinculada à história, à cultura e às causas sociais e humanas dos sujeitos do campo, e não um mero apêndice da escola pensada na cidade; uma escola enraizada também na práxis da Educação Popular e da Pedagogia do Oprimido.(CALDART, 2002, pag 13)

No final do século passado as lutas dos movimentos, como o MST, vem se desdobrando no debate acerca da educação como um dos subsídios *sine qua nons* para fortalecer as bandeiras de luta e organização camponesa. Isso se estrutura como uma forte crítica a educação rural, reivindicando outra proposta educativa, a saber a educação representativa, que busca inserir o camponês como protagonista do processo de ensino e aprendizagem, tal como ele é sujeito do seu território.

Essa proposta está pautada na luta por uma educação do campo, que busca valorizar suas práticas, culturas e identidades territoriais, assim como suas lutas, e suas místicas, a luta pela educação do campo é uma luta política. Ou seja está lastreada no sentido de resistência de suas territorialidades, valores bastante evidentes na escola do acampamento Helenira Resende, a forte presença da política enraizada na educação dos sujeitos acampados, como

aquela direcionada aos “sem-terrinha” até aquela direcionada aos jovens e adultos, em todos estes níveis a educação é indissociável a luta política pela conquista do território.

O caso do acampamento Helenira Resende

O Sul e Sudeste Paraense são regiões conhecidas por dois fatores muito peculiares, o primeiro pela concentração e exploração de minerais e terra e o segundo pela polarização de acampamentos e assentamentos do Movimento dos trabalhadores rurais Sem-Terra (MST). O Acampamento Helenira Resende, o caso que procuramos dar ênfase, é um desses acampamentos, localizado na PA-150 no KM 52, na rodovia estadual que liga Marabá à Eldorado dos Carajás, ou seja, no raio de uma área famosa, conhecida pela violência contra acampados e assentados.

E por ‘assentamentos e acampamentos’ entendemos a partir de uma visão de Figueiredo e Pinto (2014) que: o acampamento se caracteriza como um momento de transição ou de passagem, durante o qual rompe com sua identidade/papel anterior, mas ainda não alcança o novo lugar pretendido (o de assentado), lugar este que permitiria um enraizamento definitivo. Ou seja, é visto pelos trabalhadores sem-terra sua ação em busca da reforma agrária, seu movimento em prol da territorialização sua e de suas ações, o momento de resistência inicial ao grande latifundiário da terra que está sendo reivindicada por ser pública. Logo, o acampamento é o estágio inicial de luta pela terra, onde há a ocupação pelo movimento, a partir daí, a constante luta pelo território para a formação do futuro assentamento. Já o assentamento de trabalhadores rurais tem sido a principal resposta do Estado à pressão exercida pelos movimentos sociais demandantes por reforma agrária.

No Brasil, os assentamentos constituindo-se uma tentativa de intervenção e controle estatal sobre um conflito social (Caume, 2002; Medeiros, 2003). Vemos então o assentamento como o segundo e último estágio do território, tendo em vista, que nesse momento é o indicador de que a terra já foi “conquistada” pelo movimento, e começa a se formar uma nova comunidade pelos “ex-Sem Terras”. A partir de então no território que os sujeitos coletivos, que se esforçaram na luta pelo espaço-território, no período de acampamento, desenvolvem no assentamento o vislumbre de um novo mundo que pretendem construir.

O massacre, notícia que ficou famosa até na mídia internacional, o caso de 17 de abril de 1996 em Eldorado dos Carajás, em um local conhecido como a “Curva do ‘S’”, na PA-150, a mesma que fica localizado o acampamento Helenira Resende, no qual dezenove assentados foram mortos (números oficiais, mas segundo o movimento foram mais de trinta sem terras mortos), em confronto com a Polícia Militar estadual. Tudo isso ocorreu quando a polícia foi chamada a desobstruir a rodovia, que era ocupada por assentados e em razão da demora da desapropriação das terras, principalmente da fazenda Macaxeira, que pertencia a uma grande família da região.

Na época o presidente da república era o senhor Fernando Henrique Cardoso, no qual já tinha lançado inúmeros projetos relacionados ao campo, principalmente naquele de âmbito econômico, como a “transformação” do camponês ao agricultor familiar, mas nada relacionado à reforma agrária. E o governador regente do Pará era o senhor Almir Gabriel. O que se sabe por alto é que a ordem da ação policial partiu do ex-secretário de segurança do Pará, senhor Paulo Sette Câmara, que declarou publicamente a ordem de usar a força necessária para conter a manifestação, até o mesmo de uso de armas letais.

O legista que cuidou dos corpos, o senhor Nelson Massini disse que pelo menos dez assentados teriam sido executados a queima roupa, relato de um sobrevivente diz que policiais teriam amarrado os sem terras, os colocados de joelhos e atirado no sentido vertical, e ainda mais sete foram executados por armas brancas, dentre elas foices e facões. Em um dos depoimentos, o dono da fazenda Macaxeira foi responsabilizado pela matança, foi acusado de ter pagado propina aos policiais em troca da morte dos líderes do MST da região, mas nenhum fazendeiro ou pistoleiro, até hoje foi indiciado no inquérito policial. Como não houve uma perícia de armas e projeteis para determinar os policiais que assassinaram os assentados, os 21 homicídios e as demais lesões, ficaram impunes.

Vinte anos depois do acontecimento, encontramos uma região ainda marcada pela tensão entre fazendeiros, posseiros, grileiros e Trabalhadores Rurais Sem Terras. Podemos tirar essa conclusão pelos relatos de alguns acampados do acampamento Helenira Resende, que ainda sofrem com o medo implantado pelo fazendeiro local. Os relatores dizem que capangas da fazenda passam regularmente pela frente do acampamento apontando armas na direção do mesmo, de vez em quando escutam tiros dentro da fazenda, que segundo os relatores, são feitos para instalar a histeria dentro do acampamento.

Além de tudo, existe uma frase típica em que se espalha pela região: “o Curió ainda canta!”. Essa frase diz respeito a um fazendeiro que foi acusado de torturar, perseguir e exterminar membros do movimento na década de 90, mas no qual desapareceu da região. Essa frase demonstra que ainda por ali há pessoas relacionadas ao fazendeiro. Logo, vemos que ainda o clima de tensão é intenso na região, e que apesar de todas as providências tomadas pela polícia e pelo governo, ainda não se acabou com o clima de histeria.

Em nossa visita ao acampamento Helenira Resende, pudemos presenciar mesmo que minimamente a realidade dos acampados, e percebemos que é uma realidade de batalhas, tanto da conquista pela terra, quanto de (sobre)vivência. No acampamento vive mais ou menos 200 famílias que são ajudadas mensalmente, por programas do Governo Federal e Municipal, que segundo os assentados, ainda são falhos. O Governo Federal envia mensalmente cestas básicas, que não são suficiente à todas as famílias, além de auxílios, como Bolsa-família.

O município ajuda a manter a escola dentro do acampamento, estrutura essa que é muito valorizada para o MST. A escola oferece a melhor estrutura do acampamento, não falhando na educação diária, e oferecendo suas peculiaridades de ensino como: educação política da Terra, e um projeto chamado “sem terrinhas”, no qual instala nos alunos uma criticidade relacionada as questões políticas, tendo como público alvo as crianças, e no turno da noite, é ensinado aos jovens e adultos.

No que diz respeito á conflitos, o acampamento contém duas guaritas de seguranças nas áreas mais altas e em pontos estratégicos, onde se tem uma visão horizontal de grande parte do sítio, nos quais são vigiados 24 horas, para evitar conflitos físicos em uma possível tentativa de reintegração de posse forçada pela fazenda. Essa estratégia foi lançada, pois, além do histórico de conflitos da região, ainda, segundo relatos de pessoas ligadas ao movimento, existe uma forte tentativa de intimidação, por capangas da fazenda.

No que diz respeito às demais estruturas do acampamento, o mesmo contém igrejas das mais diversas religiões; no lazer, existe um campo de futebol, no qual, oferece torneios junto aos demais acampamentos e assentamentos da região além das diversas casinhas. Mas o que chama mais a atenção é o barracão onde acontecem as reuniões coletivas do movimento, lugar onde se organiza a política e resistência do acampamento. Em relação à produção de

alimentos na terra, é dado de forma individual, cada família tem sua horta, no qual retira parte de sua alimentação para consumo próprio, sem comercialização. Porém a estrutura físico-química do solo é péssima, se trata, segundo a pedologia de um latossolo barroso, onde é quase inóspita a produção de alimentos, que para isso necessita de cuidados ao solo, antes de produzir. Além disso, o acampamento sofreu muito e ainda sofre pelo fornecimento de água, no qual ainda se dar de forma muito precária, através de dois poços, feito pelos próprios acampados.

Contudo, apesar de algumas ajudas do governo federal, segundo relatos dos próprios acampados, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão governamental que cuida dos processos de assentamentos do MST, muitas vezes é o maior inimigo do movimento, pois geralmente os fazendeiros estão dispostos a negociar a terra, e o órgão burocratiza os processos. Ao falar do INCRA, é importante saber que os assentados são cadastrados perante o órgão, e só pode ter direito uma vez a terra, isso acaba com o falso argumento de que alguns membros do movimento consigam a terra e posteriormente a vendem, para ir atrás de uma nova terra, então apesar da crítica este órgão governamental tem sua importância para a própria organização dos acampamentos e assentamentos.

Considerações finais

Buscamos inserir neste trabalho os resultados parciais de nossas pesquisas em construção, daí o porque do seu caráter inacabado, portanto ele é parte de um todo não concluído, ainda sim não caberia neste artigo todas as pesquisas e experiências de campo que variam substancialmente em (intensidade e forma) em comunidades camponesas, quilombolas, ribeirinhas e assentados do MST (movimento sem terra), neste trabalho optamos pelo ultimo materializado no supracitado acampamento Helenira Resende.



fotos: acampamento Helenira Resende, a esquerda superior e inferior as salas de aulas dos “sem terrinha”, a direita superior espaço de reuniões e debates de jovens e adultos, a direita inferior área de lazer e recreação para as crianças. fonte: RABELO, 2016.

Nas imagens acima percebe-se a simplicidade do acampamento, com as maiorias das residências em estado crítico, o esgoto à céu aberto, a falta de água, de alimento, de remédios e de tudo aquilo que é básico para a manutenção e reprodução da existência humana, dividem espaços com a ameaça e o medo constante de represália dos jagunços, porem algo nos chama a atenção, a escola ainda que simples e precária de estrutura, acessórios e instrumentos recebe cuidado e investimento especial por parte da comunidade, mantendo as salas bem organizadas, bem como os materiais didáticos.

Os banheiros em alvenaria -sendo os únicos compartimentos em alvenaria de todo o acampamento- e o campinho recreativo são reflexos também do apreço dos acampados pela educação, porem é interessante destacar que estes banheiros (feminino e masculino) foram reflexos de muita luta e solidariedade, sobretudo dos sem-terrinha que com apoio das professoras fizeram uma marcha com cartazes reivindicando melhorias na escola e na construção dos banheiros. Essa atitude simples e especifica não deixa de ser um exemplo de como o processo educativo está intimamente atrelada aos valores, a cultura, e sobretudo a

política destes sujeitos, que fomentam desde cedo os valores cívicos, realçando a necessária luta pelos direitos dos sujeitos que muito embora a sociedade não reconheça, eles se reconhecem na sociedade, por isso reconhecem a posição desfavorável frente os latifundiários e o estado e ao sistema econômico e político o qual está subjulgado, que nega seus direitos, não só o direito a terra, mas também um série de direitos como o direito a educação, o direito a terra e o direito a uma vida com dignidade, ora todos os direitos estão intimamente relacionados, a negação de um influência diretamente nos demais, destacamos neste trabalho dois elementos *sine qua non* na luta que o campesinato trava para transformar essa realidade, a saber a luta pela educação e pelo território.

Referências

ARROYO, Miguel e **FERNANDES**, B. M.A **educação básica e o do Campo**. São Paulo.1999.

Educação do Campo: identidade e políticas públicas / Edgar Jorge **Kolling**, Paulo Ricardo **Cerioni**, osfs e Roseli Salette **Caldart** (organizadores). Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4

FERNANDES, Bernardo M. **Sobre a tipologia de territórios**. Presidente Prudente, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais**. São Paulo, SP: USP, 2005. P. 6774-6792.

MIRANDA, Rogério R. A AÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A LUTA POR HEGEMONIA NA AMAZÔNIA: O CASO DO SUDESTE PARAENSE. Marabá-PA

MUFARREJ, Salomão Hage - **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará- Belém:Gráfica e Editora Gutemberg Ltda,2005. Disponível em:http://educampoparaense.org/site/media/biblioteca/pdf/Livro_Geperuaz.pdf.

NETO, Adolfo. **Território e educação**: uma análise a partir da educação do campo em comunidades rurais-ribeirinhas na Amazônia. **Sociedade, Espaço e Políticas Territoriais na Amazônia Paraense**. GAPTA. Belém-2013

SCHNEIDER, Sergio. Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural. In: Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo rural em su perspectiva institucional y territorial, 2005, Buenos Aires. **Anais**. Buenos aires, Arg: Universidad de Buenos Aires, 2005. P. 1-25.

SOUZA, Marcelo J. L de. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.